



Ciência e meio ambiente:
urgências para o ensino
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

ENSINO E PESQUISA: A TEMÁTICA AMBIENTAL NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE JORNALISMO NA AMAZÔNIA

Edileuson Santos Almeida; edileuson.almeida@ufrr.br

RESUMO

Refletir sobre a temática meio ambiente na matriz curricular dos cursos de Jornalismo de três universidades públicas da Amazônia. As diretrizes curriculares de Jornalismo (2009) defendem a autonomia curricular como imperativo na atualização dos projetos pedagógicos, considerando o compromisso institucional com a região, o artigo trata sobre como a temática meio ambiente está presente na matriz dos cursos de Jornalismo pioneiros na Amazônia (UFAM, UFPA, UFRR). A principal referência são os referidos projetos para identificar ações de ensino e pesquisa que contemplem a questão ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia. Ensino Superior. Jornalismo. Projeto Pedagógico. Meio Ambiente.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um comportamento predador marcou - e ainda dá fortes sinais de sua existência - a relação entre meio ambiente e a vida diária na região Amazônica. Os argumentos são os mais diversos para as ações que destroem lugares que deveriam ser preservados e bem cuidados. As justificativas são estapafúrdias. A verdade é que a questão ambiental não ocupa o espaço devido nas agendas social, política e midiática numa das regiões de maior biodiversidade no nosso planeta.

O geógrafo e pesquisador Aziz Ab'Saber (1992) é do ponto de vista de que não é possível planejar a Amazônia tomando como referência às demais regiões brasileiras, dada as suas particularidades, como a área, o estado de conservação das áreas ecológicas, do revestimento florestal e dos fluxos da natureza, representados pelas águas na Amazônia. "A região necessita de políticas públicas diferenciadas (nas áreas de saúde, educação, transportes, etc.) e que é preciso conciliar bem a consciência

¹ Doutor em Comunicação (UFMS), mestre em Ciências da Comunicação (USP), graduado em Comunicação Social (hab. em Jornalismo - UFRR). Professor Associado do curso de Jornalismo (UFRR). Pesquisador Pleno do LEGAL (Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal).

técnico-científico e as legítimas aspirações das comunidades locais”, (AB’SABER, 1992).

Sobre a presença do tema na agenda social, pesquisas focais realizadas pelo Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL)² com moradores das capitais dos nove estados, mostraram que ao entrevistar moradores dos nove estados da Amazônia Legal: “A temática ambiental não surgiu espontaneamente quando foram discutidas as preocupações e prioridades para o Brasil” (PAULA; FERES JR, p.11, 2022), mas ao serem indagados sobre a questão do desmatamento na região Amazônica e o aquecimento global: “[...] há consenso de que o problema existe, é concreto e muito preocupante” (Idem).

O estudo também foi feito com moradores residentes no interior dos nove estados: “Os participantes acreditam que no Brasil a agenda social e econômica são prioritárias, além de temas como infraestrutura, dada a carência da população. O meio ambiente e o clima não são identificados como questões sociais ou econômicas” (PAULA; FERES JR, p. 19, 2022).

O LEGAL também produziu boletins sobre a produção legislativa sobre meio ambiente nas Assembleias Estaduais dos nove estados. Os dados foram levantados incluíram os Projetos de Lei Ordinária, Projeto de Lei Complementar e Propostas de Emenda à Constituição estadual iniciados entre os anos de 2019 e 2021.

Na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), Segundo Freitas *et al* (2022) o período pesquisado (2019 a 2021) “Refere-se, portanto, a um período menos dinâmico da produção legislativa estruturante das políticas ambientais do Amazonas” (FREITAS *et al*, 2022).

O texto não especifica quantidade total de projetos apresentados no período e nem quantos da temática “meio ambiente” foram aprovados, porém detalha os projetos em subcategorias. “[...] foram levantados 124 projetos de lei que podem ser divididos

² O Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) é um observatório interinstitucional em rede, com a participação de pesquisadores e pesquisadoras de nove instituições de Ensino Superior dos estados pertencentes à Amazônia Legal brasileira (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR, TO) sob a coordenação geral do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O laboratório conta com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS).

em subcategorias tais como: recursos hídricos, parques, reservas e biomas, energia, educação ambiental e direitos dos animais” (Idem).

Segundo Rubiatti *et al* (2022), na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), a temática “meio ambiente e energia” representou apenas 3,9% das iniciativas. No período foram apresentados 49 projetos, sendo 41 de iniciativa da Assembleia e os demais do Poder Executivo. “[...] Assim, não é possível dizer que essa temática é área central da agenda Legislativa” (RUBIATTI *et al*, 2022). A pesquisa mostra que os temas mais importantes são de políticas públicas, [...] “como Segurança Pública e Trabalho, Previdência e Assistência, por exemplo” (Idem). Desse total de 49 projetos apresentados sobre “meio ambiente e energia”, apenas 15 foram aprovados.

Na Assembleia Legislativa de Roraima (ALERR), segundo Santos *et al* (2022) entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021 foram apresentados 750 projetos. A pesquisa observa que, em 2019, do total de 199 projetos apresentados, apenas 12 tratavam sobre a temática. Em 2020, foram apenas sete. E em 2021, foram mais 10 projetos sobre “meio ambiente e energia”.

O estudo aponta que crimes ambientais, inclusive com conflitos, como o desmatamento e a mineração ilegal em terras indígenas, estavam ausentes na agenda política dos deputados estaduais de Roraima.

A razão disso pode, em parte, relacionar-se com o fato de que muitos eleitores, quando se dirigem às urnas para votar, não costumam colocar a questão ambiental de preservação da Amazônia como atalho político na definição de escolha de seus representantes. Não podemos esquecer que, visando sempre à reeleição, os eleitos, racionalmente, gostam de formular ações quando acreditam que elas ajudam a lhe trazer mais votos. Somos da opinião de que, se os eleitores dos estados da Amazônia Legal não incorporarem a preservação ambiental da região como algo que lhes proporcionará mais benefício, muitos deputados continuarão a tratar o tema com menor relevância. (SANTOS *et al*, 2022)

Assim como nas agendas social e política, também na agenda midiática ainda é incipiente o tratamento dado à temática meio ambiente. Em estudo de mestrado sobre a temática comunicação e desenvolvimento sustentável³ na Amazônia brasileira, Almeida (2003) pesquisou sobre o assunto “meio ambiente” na pauta de emissoras

³ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 1987).

afiliadas da rede Rede Globo na região Norte. O estudo mostra que, em uma semana de observação, mesmo de 5% do tempo total dos telejornais diários das emissoras tratou sobre a “questão ambiental”.

A pesquisa destaca ainda que nas reportagens que tratam da referida temática o poder público reina absoluto como principal fonte e a sociedade aparece como coadjuvante. E, mais, quando aborda o tema, em geral, é a partir de denúncias sobre degradação ou cometimento de crime ambiental. Lamentavelmente, existe uma escassez de reportagem informativa de caráter educativo evidenciado a importância de um equilíbrio na relação ambiental, social e econômica na Amazônia brasileira.

A comunicação tem papel indispensável na divulgação de informações que contribuam numa nova relação sociedade e meio ambiente. Por extensão, os cursos para formação de jornalistas, responsáveis por investigar, redigir e divulgar as notícias de interesse público, também têm um função social importante na preparação dos profissionais que vão atuar nos *mídia*, para tratar sobre as características da região.

Considerando a importância de abordar a temática na formação superior, a pesquisa aborda a presença do tema “meio ambiente” na matriz curricular dos cursos de Jornalismo pioneiros na região norte (Amazonas, Pará e Roraima), tanto no ensino, quanto na pesquisa.

E mais, ponderando que a questão ambiental não faz parte das preocupações prioritárias das agendas social, política e midiática na Amazônia, parte-se da hipótese que os cursos de Jornalismo também carecem refletir sobre a inclusão da temática no projeto pedagógico de forma integrada e articulada com propostas de ensino e pesquisa.

Segundo Vasconcelos (2000), o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição.

Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, p. 169, 2000).

Sob a tríade ensino, pesquisa e extensão que se constitui indispensável no modelo de formação superior no Brasil, conforme prevê a nossa Constituição Federal: "As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (art.207, CF/88), o objetivo da pesquisa é explicitar as ações desenvolvidas nas referidas universidades, especificamente na pesquisa e no ensino desenvolvidos nos cursos de Jornalismo.

O tema proposto está inserido num contexto de atualidade, dada a importância da urgente mobilização social, política e midiática, para refletir e atuar diante da problemática ambiental que nos envolve e ao nosso entorno. A relevância da questão ambiental torna o espaço acadêmico um cenário dinâmico e necessário para o debate científico sobre uma nova postura humana diante da degradação ambiental e da necessidade de garantir a preservação da biodiversidade amazônica. E isso é possível com uma proposta de formação que contemple a qualificação profissional para que conheça a realidade da região.

O resultado da pesquisa nos mostra que o desinteresse pelo tema, mesmo considerando as peculiaridades da nossa região e a gravidade das ações que causam danos sociais e ambientais, assim como na mídia, também não ocupa espaço de destaque nas atividades didático-pedagógicas dos cursos analisados.

2. Ensino de Jornalismo na Amazônia

As primeiras escolas para formação superior de jornalista começaram a funcionar no Brasil a partir do final da década de 1940. Atualmente, temos mais de três centenas de cursos de Jornalismo em instituições públicas e privadas.

A Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, na região Sudeste, foi a primeira instituição a qualificar jornalista em nível superior no Brasil. "O ensino de Jornalismo foi instituído por decreto em 1937, mas ainda não havia sido regulamentado pelo Ministério da Educação, o que impedia a criação da faculdade que só pôde ter sua primeira turma no ano de 1947" (PETRARCA, 2007, p. 121).

Na região Nordeste o primeiro curso foi instalado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 5 de março de 1950.

Na região Sudeste os dois primeiros cursos começaram a funcionar no mesmo dia, em 1º de março de 1952, na cidade de Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Na região centro-oeste, o pioneiro foi instalado, em 1º de março de 1968, na Universidade Federal de Goiás (UFG), na capital do Estado.

A região norte foi a quinta, e última, a instalar curso de Jornalismo, o que ocorreu em 3 de fevereiro de 1969, com a criação do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo este o 17º curso da área no Brasil. O segundo curso de Jornalismo instalado na região começou a funcionar na Universidade Federal do Pará no dia 24 de fevereiro de 1976. E o terceiro, foi criado pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 1º de março de 1991.

Tomamos como objeto os projetos pedagógicos dos três cursos de Jornalismo pioneiros da região Norte: UFAM (1969), UFPA (1975) e UFRR (1991).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), apresentou em 2022, com base nas diretrizes curriculares nacionais de 2013⁴, o novo projeto pedagógico do curso de Jornalismo, com duração de 3060 horas⁵, sendo 300 horas para estágio curricular obrigatório e 180 horas para as Atividades Complementares. O documento define como perfil de egresso:

O egresso do Curso de Jornalismo da UFAM será formado em contexto didático-pedagógico que habilitará o jornalista a exercer de forma plena as demandas do campo do Jornalismo nos vários contextos e meios de comunicação de massa, inclusive em mídias digitais. O formando em Jornalismo da UFAM caracterizar-se-á pelo domínio das várias metodologias, técnicas e linguagens pertinentes à produção, recepção e análise da notícia, da informação e da comunicação. (PPP, 2022, p.40)

⁴ Em 2009, a Comissão José Marques Melo, por delegação do Ministério da Educação, apresentou um relatório com propostas para novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo. A proposta foi encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) para análise e parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Em fevereiro de 2013, o CNE aprovou um parecer, baseado integralmente no relatório da referida comissão. Em setembro do mesmo ano, o Ministério da Educação publicou uma resolução com as novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo, que deixou de ser habilitação do curso de comunicação social, a serem implementadas por todos os cursos de Jornalismo, públicos e privados, num prazo de dois anos.

⁵ Segundo as DCNs para o curso de Jornalismo, no artigo 10: “A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

O objetivo é “Formar profissionais habilitados [...] para investigar, explicar e contextualizar fatos sociais, [...] baseado em compromisso ético com o indivíduo, com o cidadão e com a sociedade” (Idem, p. 46). Um dos objetivos específicos trata de “Propiciar uma formação que transcenda as especialidades da profissão de jornalista e permita uma visão acurada da Amazônia e dos seus problemas específicos” (Ibidem, p.46).

Na Universidade Federal do Pará o Projeto Político-Pedagógico do curso de Comunicação Social - Jornalismo, com base nas diretrizes curriculares de 2013, entrou em vigor no ano de 2020, com carga horária de 3.205 horas, das quais 200 horas de Estágio Supervisionado e 440 horas de Atividades Complementares.

O objetivo do Curso de Bacharelado em Jornalismo é formar profissionais com competência teórica, técnica e crítica, comprometidos com uma sociedade democrática e pluralista e possibilitar ao aluno apreender os múltiplos processos concernentes à informação, sem perder de vista as alterações sociais ocorridas pelo avanço das tecnologias da comunicação (PPP, 2020).

Quanto ao perfil do egresso desejado pelo Curso de Bacharelado em Jornalismo da UFPA:

[...] é um profissional com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capaz de atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, respondendo, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuindo os fundamentos teóricos e técnicos especializados, com clareza e segurança no exercício de sua função social específica, identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social, sem esquecer-se de uma atuação voltada para a cultura e os interesses da Região Amazônica. (Idem)

Na Universidade Federal de Roraima o Projeto Pedagógico do curso de Comunicação Social - Jornalismo está em vigor desde 2015⁶. O curso tem uma carga horária de 3020 horas, desse total 200 horas são dedicadas ao Estágio Curricular Supervisionado e outras 300 horas às Atividades Complementares. Anualmente são disponibilizadas 45 vagas de ingresso.

Na justificativa do projeto a UFRR destaca que o Jornalismo deve atuar de acordo com “[...] as novas demandas sociais, tecnológicas e do mercado [...]”, tratando

⁶ O Projeto atual, também baseado nas DCNs de Jornalismo de 2013, está em reformulação e uma nova proposta deverá entrar em vigor a partir do 2º semestre de 2023.

a Amazônia legal como [...] um espaço onde acontecimentos, temáticas e problemáticas de interesse público são globalmente discutidos” (PPP, 2015, p.11).

O curso da UFRR tem como objetivo geral:

Formar profissionais com competência teórico/humanística, técnica, tecnológica, ética e deontológica, para atuar criticamente na profissão e em consonância com as novas tendências do universo da Comunicação Social; formar profissionais para atuar em uma sociedade cada vez mais complexa diante da globalização, do hibridismo sociocultural e do multiculturalismo; e, capacitar os egressos para a produção e gestão de conteúdos jornalísticos de acordo com a complexidade dos fatos, através do uso preciso das tecnologias digitais, para o atendimento das múltiplas tendências de mercado. (idem, p.12)

O documento também define o perfil de egresso da UFRR:

O profissional de jornalismo, no século XXI, deve desempenhar a função de mediador e agenciador de pautas geradas e gestadas por comunidades, instituições e sujeitos com distintas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais. Concomitantemente, deve atentar para a necessidade de operar o sistema de interfaces inerentes às tecnologias digitais de modo que suas práticas narrativas atendam a problemáticas contemporâneas como sustentabilidade, multiculturalismo, intolerância, direitos humanos e fragmentação dos poderes político, econômico e comunicacional. Nesse contexto multifacetado, o profissional de jornalismo deve compreender o mundo a partir de suas crises institucionais e representativas em todas as suas implicações. (Ibidem, p. 14)

O instrumento balizador da atuação institucional das referidas instituições, da sua prática pedagógica e das atividades educacionais dos cursos de jornalismo, têm em comum a preocupação com a questão amazônica.

A UFAM trata sobre forma jornalista com uma “visão acurada da Amazônia e dos seus problemas específicos”; a UFPA descreve um profissional com “atuação voltada para a cultura e os interesses da Região Amazônica”; a UFRR visualiza a Amazônia legal como “um espaço onde acontecimentos, temáticas e problemáticas de interesse público são globalmente discutidos”.

Considerando que as problemáticas da região, com repercussão local e global, tem o meio ambiente como uma temática central, vamos descrever as ações de ensino e pesquisa das referidas instituições, comparando

3. A temática ambiental nos cursos de Jornalismo da Amazônia

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, a formação superior deve contemplar um perfil de egresso com “formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva” (DCNs, 2013, p.16). Para que isso ocorra, “As IES têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências [...]”. (Idem, p. 17)

A pesquisa foca na presença da questão ambiental nas propostas dos referidos cursos, tomando como referências os Projetos Pedagógicos dos cursos de Jornalismo, considerando as atividades de ensino e pesquisa.

Para efeito de descrição, os temas serão tratados a partir de eixos: ensino, com consulta ao projeto pedagógico; e de pesquisa, a partir dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e disponível no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

3.1. Ensino

As atividades de ensino estão divididas em disciplinas semestrais. Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e na Universidade Federal de Roraima (UFRR) as disciplinas obrigatórias totalizam 2.700 horas. Na Universidade Federal do Pará (UFPA) as disciplinas obrigatórias totalizam 2765 horas.

A seguir, o quadro comparativo, detalha as disciplinas (obrigatórias e optativas) que tratam da temática meio ambiente.

A tabela detalha a nomenclatura, a natureza (obrigatória ou optativa), a carga horária e a respectiva emenda das disciplinas identificadas com a temática ambiental nas três IES.

Tabela 1: Disciplinas da matriz curricular

Disciplina	Nat.	CH	Ementa	IES
Jornalismo e Questões Amazônicas	oblig.	60h	Preparar profissionais do jornalismo para uma atuação crítica na Amazônia por meio da compreensão e debate acerca de questões contemporâneas pertinentes às sociedades estabelecidas na região, ao meio ambiente e ao processo de busca do desenvolvimento econômico e social e como estes	UFAM

			temas vem sendo ou não tratados no jornalismo praticado sobre a Amazônia.	
Jornalismo Ambiental	oblig.	60h	A questão ambiental. O modelo de desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Conceito, características e história do jornalismo ambiental. A atuação das agências internacionais. O papel do jornalista ambiental. Formação, modelos de decisão e perspectivas de trabalho em jornalismo ambiental. O noticiário ambiental: pauta, apuração, redação e edição em Jornalismo Ambiental nos diversos meios.	UFAM
Estudos de Temas Amazônicos I	oblig.	60h	Processos históricos, socioeconômicos e políticos na Amazônia. A Amazônia no contexto regional, nacional e internacional. Políticas Públicas na Amazônia: projetos e modelos de desenvolvimento. Questões ambientais e fundiárias. Conflitos e processos de resistência.	UFPA
Seminários de Temas Amazônicos	oblig.	30h	A definir	UFPA
Jornalismo Científico e Ambiental	opt.	60h	Não disponível	UFPA
Comunicação, Ciência e Meio Ambiente	opt.	60h	Não disponível	UFPA

Fonte: Projeto Pedagógico (2023)

Na UFAM duas disciplinas estão relacionadas ao tema, ambas com duração de 60 horas e são obrigatórias. A primeira é “Jornalismo e Questões Amazônicas”, disciplina obrigatória oferecida no 5º semestre, que trata de forma mais generalista o tema meio ambiente. É uma disciplina de acercamento ao tema, com o objetivo de “Propiciar a construção e integração dos conhecimentos acerca das principais questões contemporâneas que são objeto de cobertura jornalística sobre a Amazônia”, entre elas a questão ambiental.

A segunda disciplina, oferecida no 7º semestre, é mais específica focada no objetivo de “Conhecer a problemática ambiental contemporânea e avaliar as práticas de jornalismo ambiental como opção de trabalho”.

Na Universidade Federal do Pará a questão ambiental é abordada em quatro disciplinas, sendo duas obrigatórias e duas optativas. As duas obrigatórias totalizam

90 horas. A primeira é dedicada aos “Estudos de Temas Amazônicos I”, com duração de 60 horas, tem o objetivo de “Conhecer a realidade social da Amazônia nos diversos contextos regionais e na produção de material jornalístico cujo foco nos problemas amazônicos”. A segunda disciplina obrigatória é de “Seminários de Temas Amazônicos”, com duração de 30 horas, a mesma não tem ementa disponível.

A UFPA ainda oferece outras duas disciplinas optativas, ambas com duração de 60 horas: “Jornalismo Científico e Ambiental” e “Comunicação, Ciência e Meio Ambiente”, porém a ementa das mesmas não está disponível.

No Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) não foi identificada nenhuma disciplina sobre a temática ambiental, nem mesmo como optativa.

3.2. Pesquisa

Na região Norte⁷ estão concentrados 60 grupos de pesquisa na área de Comunicação, conforme o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq. Desse total, 29 deles estão registrados nas três instituições pesquisadas. Sendo 19 deles na UFPA, seis na UFAM e quatro na UFRR.

A seguir, a tabela detalha os grupos de pesquisa com foco na temática ambiental, que estão em andamento nas instituições de ensino.

Tabela 2: Grupos de Pesquisa

Nome do GP	IES	Líder	Ano de criação
Preserv-Ação ⁸ : Grupo de Pesquisa em Comunicação, Ciência e Meio Ambiente	UFPA	Bruno Monte de Assis	2007
Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia	UFRR	Simão Farias Almeida	2014

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq

⁷ Fazem parte da região norte os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

⁸ <https://grupopreservacao.com.br/>

Dos 29 grupos de pesquisa identificados nas três instituições e com registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq, apenas dois deles estão focados na questão ambiental, inclusive com dados atualizados e certificados em 2022.

Na UFPA está registrado o GP “Preserv-Ação: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Ciência e Meio Ambiente”, criado em 2007 com foco em estudos em rádio, divulgação científica e meio ambiente.

Na UFRR funciona o GP “Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia”, criado em 2014, que “pesquisa representações informativas, midiáticas, comunicacionais, cinematográficas e jornalísticas de vulnerabilidades e enfrentamentos socioambientais aos danos ambientais e às mudanças climáticas em Roraima, na Amazônia, no Brasil e no planeta”.

Apesar da importância do tema e a urgência do debate acadêmico, ainda é incipiente a pesquisa com foco na questão ambiental nas universidades pesquisadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados coletados na pesquisa reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre o papel da contribuição do Jornalismo na abordagem da temática ambiental. Tanto no ensino, quanto na pesquisa, ainda é pequena a atenção e a valorização do assunto “meio ambiente”.

A autonomia acadêmica e a possibilidade de atualização contínua dos projetos pedagógicos fornecem às IES um permanente fórum de debate sobre reformulações e/ou alteração do projeto pedagógico. As mesmas, a qualquer tempo, demandas pelo interesse público, ajustar as propostas de ensino e pesquisa para atender às necessidades sociais com base em cada realidade local.

Apesar de não fazer parte de forma consistente e prioritária das agendas social, política e midiática, é urgente que o tema meio ambiente deve ter ampliar seu espaço nas agendas de ensino e pesquisa dos cursos de Jornalismo da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz. Amazônia e desenvolvimento. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, 18, maio/jun./jul./1992, p.7-9. Entrevista concedida a Paulo Vannuchi e Ricardo de Azevedo.

ALMEIDA, Edileuson S. **A integração regional através da Rede Amazônica de Televisão**. Roraima: Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Roraima, 1998.

_____. **Imagens da Selva: televisão e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira**. 2003. 165p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **(Trans)formação em Jornalismo: As propostas das Universidades brasileiras num cenário de mudança**. 2017. 303p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 1/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (bacharelado). Diário Oficial [da] União, Brasília, 1º de outubro de 2013, Seção 1, p. 26. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/leiturajornal>>. Acesso em: 10 mar 2023.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; *et al.* **Produção legislativa no Estado do Amazonas: Emendas Parlamentares sobre o Meio Ambiente e a Legislação Ambiental na ALEAM**. Manaus, jul./2022. Disponível em: <<https://legal-amazonia.org/producao-legislativa-no-estado-do-amazonas-emendas-parlamentares-sobre-o-meio-ambiente-e-a-legislacao-ambiental-na-aleam/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PAULA, Carolina de; FERES JR, João. **CLIMA, MEIO AMBIENTE E ELEIÇÕES 2022: PERCEPÇÕES DOS CIDADÃOS DA AMAZÔNIA LEGAL**. Rio de Janeiro, jan./2022. Disponível em: <<https://legal-amazonia.org/clima-meio-ambiente-e-eleicoes-2022-percepcoes-dos-cidadaos-da-amazonia-legal/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. **CLIMA, MEIO AMBIENTE E ELEIÇÕES 2022: PERCEPÇÕES DOS CIDADÃOS DA AMAZÔNIA LEGAL (RESIDENTES NO INTERIOR DOS ESTADOS)**, Rio de Janeiro, maio/2022. Disponível em: <<https://legal-amazonia.org/clima-meio-ambiente-e-eleicoes-2022-percepcoes-dos-cidadaos-da-amazonia-legal-residentes-no-interior-dos-estados-maio-de-2022/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“O Jornalismo como profissão”**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia)— Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PULITZER, Joseph. **A escola de Jornalismo: a opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2009.

RUBIATTI, Bruno de Castro; *et al.* **A agenda do Meio Ambiente e a política estadual sobre mudanças climáticas do Pará**. Belém, jul./2022. Disponível em: <<https://legal-amazonia.org/a-agenda-do-meio-ambiente-e-a-politica-estadual-sobre-mudancas-climaticas-do-para/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTOS, Roberto Ramos Santos; *et al.* **Assembleia Legislativa de Roraima**: Projetos de Lei sobre Meio Ambiente e energia protocolados. Boa Vista, jul./2022. Disponível em: <<https://legal-amazonia.org/assembleia-legislativa-de-roraima-projetos-de-lei-sobre-meio-ambiente-e-energia-protocolados/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Boa Vista, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo. Manaus, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Belém, 2020.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo, Libertad, 2000.